

## Limpendo as estrebarias

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Têm sido curiosas as reações às iniciativas da presidente da República que resultaram no afastamento de funcionários públicos envolvidos em irregularidades, especialmente no Ministério dos Transportes. Ganhou força a ideia de que a presidente poderia estar empenhada numa "faxina", tratando de limpar a verdadeira estrebaria de Augias que herdou do presidente Lula. Os leitores de Monteiro Lobato lembrarão que, na mitologia grega, o quinto trabalho de Hércules foi limpar as estrebarias do rei, dono dos mais belos rebanhos do país, que deixava que o esterco se acumulasse gerando gases tóxicos.

Os limites de tal "faxina", no quadro da coalizão fisiológica que assegura o apoio ao governo Dilma Rousseff, são naturalmente dados por pedestre cálculo político do qual são ingredientes principais o apoio ao governo no Congresso Nacional e a remuneração dos interesses especiais lá representados. Não foi por acaso que a "faxina" não tenha ido tão longe quanto seria desejável, sob pena de abalar a grande coalizão fisiológica que controla a vida política do País. As demissões devem ser explicadas com base nas peculiaridades de estilo pessoal da presidente, e não a qualquer reorientação estratégica.

O episódio sugere que o combate à corrupção continua a ser pilar importante em eventual plataforma política capaz de granjear significativa popularidade. Terreno perigoso, vulnerável à exploração demagógica, como mostra a história relativamente recente em que a propalada caça a marajás acabou em impeachment do presidente da República. Por outro lado, tornou-se reação-padrão dos acusados de improbidade a denúncia de "udenismo", em tentativa meio pífia de confundir a legítima ênfase da velha UDN no combate à corrupção com o seu contumaz golpismo durante a Terceira República.

O episódio também suscita reflexão sobre se, quando e como poderá haver salto qualitativo na repressão às práticas corruptas no Brasil. Não custa lembrar a mudança de regime que significou o episódio do mensalão, em 2005. Até então o PT se apresentava como partido renovador, uma espécie de Partido Comunista Italiano, cuja gestão da coisa pública em nível municipal contrastava com o fisiologismo de outros partidos. Pós-mensalão, o que se viu foi o PT abandonar o seu projeto inovador e mergulhar na fisiologia, tratando de dominar a tecnologia das coalizões perversas baseadas no "é dando que se recebe". Nesse ambiente prosperou a veia personalista do ex-presidente e o lulismo acabou por dominar amplamente o petismo.

A Grã-Bretanha é o exemplo histórico mais conhecido de sociedade que, no início do século 19, abandonou a "velha corrupção" e começou a dismantelar a corrupção sistemática que havia caracterizado o período anterior. Corrupção baseada na coalizão entre políticos que se perpetuavam no poder distribuindo benesses para "interesses especiais" e os próprios interesses beneficiados. Em meio à ampliação da representatividade do colégio eleitoral, reformas acabaram com sinecuras, venda de

cargos, distribuição de contratos, cargos e pensões a parentes e amigos, e também com os "burgos podres". Políticas públicas centradas na defesa de "interesses especiais", em detrimento do interesse coletivo, foram reformuladas. Para que isso fosse possível foi importante o sentimento entre os beneficiados pela patronagem anterior de que melhor seria perder os anéis que arriscar a perda dos dedos, ainda com a experiência da Revolução Francesa viva na memória. E, também, que o projeto passasse a fazer parte das plataformas dos grupos políticos em ascensão.

Para que o abandono da "velha corrupção" seja possível no Brasil, seria necessário que tal objetivo fosse efetivamente incorporado ao programa de partidos. E que estes disputassem as eleições defendendo tal plataforma. O que forçaria o abandono de políticas que beneficiam "interesses especiais" em detrimento do interesse coletivo, que vão do acesso a crédito subsidiado por bancos públicos até a provisão de educação universitária gratuita independentemente da renda familiar dos estudantes, passando pelos privilégios das aposentadorias do setor público, entre muitas outras anomalias distributivas.

É difícil que isso ocorra. Parece impossível que as correntes do PT que repudiam a alternativa fisiológica tenham condições de reverter a contaminação do partido pelo gosto do poder a qualquer custo. Dilma Rousseff não tem cacife político para mudar os rumos do PT, enalhado na fisiologia. Lula, como presidente-sombra e candidato perpétuo, não parece ter nenhuma inquietação quanto à mudança de rumos de 2005. Caso houvesse oposição minimamente estruturada, e com projeto efetivamente renovador, seria possível, em tese, pensar em redefinição da coalizão governista que criasse "valores republicanos" efetivos, decentes e críveis. Cenário que está, também, por enquanto, fora de cogitação.

O mais provável é que a forma de governar da atual presidente continue a ser balizada pelo modelo lulista pós-2005, com o uso bissexto de mero pano de pó para controlar as irregularidades mais incômodas politicamente. Faxina jamais, pois comprometeria o cimento da coalizão governista.

\* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.